

Dossiê: História, desenvolvimento e ensino da Ciência Política

Desigualdade de gênero, internacionalização e trajetórias acadêmicas na Ciência Política

Evidências no Brasil e no Uruguai

Gender inequality, internationalization and academic trajectories in Political Science

Evidences from Brazil and Uruguay

Desigualdad de género, internacionalización y trayectorias académicas en la Ciencia Política

Evidencia de Brasil y Uruguay.

 Cecilia Rocha-Carpiuc¹
 Rafael Machado Madeira²

Resumo: Estudos dedicados a analisar a história e a configuração atual da Ciência Política têm crescido significativamente na região. Contudo, um aspecto permanece pouco explorado: a igualdade de gênero no campo disciplinar. Pretende-se aqui identificar a existência de diferenças nas trajetórias acadêmicas dos cientistas políticos devido ao seu gênero, em dois países: Brasil e Uruguai. O principal indicador utilizado é o grau de internacionalização das carreiras acadêmicas. A internacionalização será medida em duas dimensões: formação acadêmica no exterior e publicação de artigos em periódicos estrangeiros. A análise baseia-se em dados primários, coletados junto aos Currículo Vitae dos docentes e publicados nos respectivos sistemas nacionais de investigação de cada país: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq-Lattes) (Brasil) e *Agencia Nacional de Investigación e Innovación* (ANII-SNI) (Uruguai). A evidência encontrada indica que, em ambos, as mulheres estão sub-representadas no quadro de docentes (constituindo-se em 30% do universo) e publicam menos artigos (nacionais e internacionais) que seus colegas homens. Contudo, as evidências não indicam diferenças entre os gêneros em relação aos principais destinos da formação acadêmica e da produção de artigos.

Palavras-chave: Ciência Política. Desigualdade de gênero. Trajetórias acadêmicas. Internacionalização. Campo disciplinar.

Abstract: Research about the history and status of political science in Latin America grow significantly in the past years. Still, one element is scarcely considered: the issue

¹ Universidad de la República (Udelar, Montevideo, Uruguay).

² Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs, Porto Alegre, RS, Brasil).

of gender equality in the discipline. This article seeks to identify gender differences in the academic trajectories of scholars in two countries: Brazil and Uruguay. The focus is on the degree of internationalization of their academic careers. Internationalization is measured in two dimensions: academic training abroad and publication of articles in foreign journals. The analysis relies on primary data collected from the curriculum vitae (CV) published by the national research system of each country: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq – Lattes) (Brazil) and *Agencia Nacional de Investigación e Innovación* (ANII-SNI) (Uruguay). The evidence suggests that in both cases women are underrepresented in the universe and publish fewer articles (both in national and foreign journals) than their male counterparts. However, the data show that there are no gender differences in access to training and publication opportunities abroad, nor in the countries of destination.

Keywords: Political Science. Gender inequalities. Academic trajectories. Internationalization. Disciplinary field.

Resumen: Los estudios sobre la historia y configuración actual de la Ciencia Política en América Latina crecieron significativamente en los últimos años. No obstante, un aspecto ha sido poco explorado: la igualdad de género en la disciplina. Este artículo busca identificar diferencias de género en las trayectorias académicas de los investigadores en dos países: Brasil y Uruguay. El foco se pone en el grado de internacionalización de sus carreras académicas. La internacionalización se mide en dos dimensiones: formación académica en el exterior y publicación de artículos en revistas extranjeras. El análisis se basa en datos primarios relevados de los curriculum vitae (CV) publicados por el sistema nacional de investigación de cada país: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq – Lattes) (Brasil) y Agencia Nacional de Investigación e Innovación (ANII-SNI) (Uruguay). La evidencia indica que en ambos casos las mujeres están sub-representadas en el y publican menos artículos (tanto en revistas nacionales como internacionales) que sus colegas hombres. Empero, los datos sugieren que no hay diferencias de género en el acceso a oportunidades de formación y publicación en el exterior, ni en cuanto a los países de destino.

Palabras clave: Ciencia Política. Desigualdad de género. Trayectorias académicas. Internacionalización. Campo disciplinar.

Introdução¹

Nos últimos 15 anos, os estudos sobre a história da Ciência Política têm crescido significativamente. Contudo, uma dimensão de análise havia permanecido relativamente pouco explorada: a da igualdade de gênero na academia (Fernández, 2005; Martin, 2013; Rocha-Carpiuc, 2016; Ravecca, 2016, 2019; Freidenberg, 2018).² Um dos problemas identificados na

¹ Versão anterior deste trabalho foi apresentada no GT Ensino e pesquisa em CP e RI (ABCP, 2018). Agradecemos pelos comentários e sugestões dos debatedores do GT e dos pareceristas anônimos da *Civitas*.

² Além dos trabalhos acadêmicos, destaca-se o papel da rede de politólogas #NoSinMujeres na promoção do debate sobre este tema na região. Criada em 2016, a rede tem por objetivo debater e combater as desigualdades de gênero no âmbito da disciplina (Freidenberg, 2018).

evidência empírica disponível para a América Latina é que as mulheres estão sub-representadas tanto em órgãos de avaliação e fomento disciplinar, quanto na estrutura das universidades (Rocha-Carpiuc, 2016). Defende-se aqui que a análise da questão de gênero é fundamental para explicar maiores ou menores possibilidades de carreiras acadêmicas.

O objetivo deste artigo é o de identificar a existência de diferenças nas trajetórias acadêmicas, devido ao gênero, dos cientistas políticos que trabalham como docentes e pesquisadores na academia em dois países: Brasil e Uruguai. O principal foco de interesse da investigação é o grau de internacionalização das carreiras acadêmicas.

Formação e produção internacionalizadas são “ativos” importantes na disputa por vagas nos programas de pós-graduação e na projeção de carreiras acadêmicas (Madeira e Marengo, 2016). Além de ser altamente valorizado pelos programas de pós-graduação e pelas agências de fomento, o grau de internacionalização da formação e da produção dos docentes constitui-se em importante mecanismo para o estabelecimento de redes de colaboração acadêmica.

Pretende-se abordar essa temática, a partir das seguintes questões: Qual destas duas dimensões está mais fechada para as mulheres: a possibilidade de se realizar parte da formação acadêmica no exterior, ou a possibilidade de publicar os resultados de pesquisas em periódicos estrangeiros? Existem diferenças significativas entre os dois países nestes aspectos?

A próxima seção exhibe o método utilizado. Na seção subsequente, a literatura sobre desigualdades de gênero na Ciência Política será revisada. Após, os resultados obtidos na análise empírica para Brasil e Uruguai serão apresentados e analisados. Finalmente, discute-se os principais achados à luz da teoria perscrutada e levanta-se novas perspectivas para trabalhos futuros.

Método e dados

A análise baseia-se em dados primários, coletados junto aos *curriculum vitae* (CV) dos docentes, publicados nos sistemas nacionais de investigação de cada país: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq – Lattes)³ (Brasil) e *Agencia Nacional de Investigación e Innovación ANII-SNI*⁴ (Uruguai). Os CV têm um formato único, padronizado, permitindo a comparabilidade entre os pesquisadores.

³ Disponível em: <http://lattes.cnpq.br>. Acesso em: 2 jul. 2017.

⁴ Disponível em: <http://sni.org.uy/buscador>. Acesso em: 1 maio 2018.

No Brasil, a agência governamental responsável por estruturar, normatizar e avaliar o sistema de pós-graduação é a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), vinculada ao Ministério da Educação. O foco desta pesquisa recai sobre a parcela dos programas vinculados diretamente à Ciência Política da área intitulada Ciência Política e Relações Internacionais, compreendendo um total de 287 docentes, distribuídos em 15 programas de pós-graduação. O banco de dados contém informações desde o início das carreiras dos docentes, até dezembro de 2016. Todos os docentes relacionados nas listas de professores desses programas tiveram os seus CVs analisados.

As informações para formar a base de dados dos docentes uruguaios foram coletadas dos CV disponíveis *online* na página da *Agencia Nacional de Investigación e Innovación* (ANII) do Uruguai – os chamados CVUY. Para o caso uruaio, todos os dados foram coletados em maio de 2018. A base inclui todos os docentes que pertencem ao *Sistema Nacional de Investigadores* (SNI) da ANII, na área de Ciências Sociais – subárea Ciência Política, excluindo os pesquisadores associados. Trabalhou-se aqui com um universo de 42 pesquisadores. Em conjunto, trabalha-se aqui com um universo de 329 docentes do Brasil e Uruguai, que se distribuem por país e por gênero da seguinte forma (Tabela 1):

Tabela 1 – Distribuição de docentes, por país e gênero

	Brasil		Uruguai		Total	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Homens	195	68	29	69	224	68
Mulheres	92	32	13	31	105	32
Total	287	100	42	100	329	100

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados coletados.

A distribuição da amostra por gênero é quase idêntica nos dois países, o que habilita a comparabilidade entre os casos: dois em cada três docentes são homens. A presença de politólogas nesses países é semelhante à média da América Latina (Rocha-Carpiuc, 2016).

No Uruguai, a maioria dos docentes (80%) trabalha no Instituto de Ciencia Política da Universidad de la República (ICP-Udelar). Do total de mulheres da amostra, 85% trabalham no ICP-Udelar, enquanto 76% dos homens trabalham na mesma instituição. Para o caso brasileiro, a distribuição dos docentes por programa de pós-graduação pode ser visualizada na Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição de homens e mulheres por programa (Brasil)

Programa	Homens	Mulheres	% de mulheres	Total
UFG	9	11	55	20
UFMG	13	11	48	24
UFPel	6	5	45	11
UFPA	11	8	42	19
UFSCar	11	8	42	19
Unicamp	12	8	40	20
IESP	11	7	39	18
UnB	20	9	31	29
Ufrgs	16	6	27	22
Unieuro	9	3	25	12
USP	20	6	23	26
Ufpi	13	3	19	16
Ufpel	14	3	18	17
UFF	17	3	15	20
UFPR	13	1	7	14
Total	195	92	32	287

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados coletados.

No caso brasileiro, a média encobre uma significativa heterogeneidade na presença de mulheres nos programas. Chama atenção o fato de que a maior ou menor presença feminina não está relacionada com aspectos como o caráter central ou periférico do programa, o seu tempo de funcionamento, ou a sua região/estado de origem.

Dentro dos limites deste artigo, a internacionalização será medida em duas das suas dimensões: a) a formação acadêmica dos docentes e; b) a publicação de artigo em periódicos estrangeiros. Para a amostra do Brasil, se considera que o(a) docente tem formação acadêmica internacionalizada se realizou ao menos uma das seguintes modalidades: doutorado pleno, doutorado sanduíche, ou pós-doutorado no exterior. Para a amostra do Uruguai, considera-se que o(a) docente tem uma formação acadêmica internacionalizada se foi realizada ao menos uma destas modalidades no exterior: mestrado, doutorado ou pós-doutorado.

Optamos por utilizar como indicador a publicação de artigos em função da importância cada vez maior desses nas avaliações de desempenho acadêmico.

Soma-se a isto, o fato deste procedimento permitir a comparação de nossos achados com os estudos sobre a temática desenvolvidos em diferentes países, e que se centram fundamentalmente na presença de mulheres nos periódicos mais prestigiados academicamente (Teele e Thelen, 2017; Hesli, Lee e Mitchell, 2012; Evans e Moulder, 2011; Mathews e Andersen, 2001; Young, 1995).

Esta investigação ainda está em curso, e traz como uma primeira contribuição ao estudo deste tema uma série de estatísticas descritivas, orientadas a mapear o fenômeno em tela. A partir da discussão gerada pela análise dos resultados até aqui encontrados, pretendemos dar continuidade a este trabalho de pesquisa refinando a análise e incorporando trajetórias de politólogos(as) de outros países.

Desigualdades de gênero na Ciência Política: o estado da arte

O campo científico está constituído por relações de poder que podem ser mais ou menos explícitas, mas que estão sempre presentes (Bourdieu, 2000; Etzkowitz, Kemelgor e Uzzi, 2003). Os estudos feministas sobre a academia problematizam a forma como as práticas e as atividades científicas encontram-se atravessadas pelo gênero (González García, 1999), entendido como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos (Scott, 1996).

Historicamente, a atividade científica foi considerada uma atividade masculina e a constituição das instituições acadêmicas traz em suas origens um caráter androcêntrico revestido de características que os estereótipos de gênero associam como próprias do universo masculino, como a universalidade, a objetividade e a racionalidade. Apesar disso, desde a década de 1970, a América Latina tem assistido a um processo de “feminização” da educação superior e, em muitos países, as mulheres já superam os homens em número de matrículas universitárias (Papadópulos e Radakovich, 2005). A região é uma das que apresentam maior proporção de mulheres no conjunto dos pesquisadores (44%), apesar de esta participação concentrar-se mais em áreas do conhecimento como as ciências sociais, as humanidades e as ciências médicas, do que em outras áreas.

Contudo, a literatura sobre a participação das mulheres na Ciência Política na Europa, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia, por exemplo, identifica que a disciplina segue sendo um campo masculinizado e atravessado por múltiplas expressões de desigualdades de gênero. Sobre o campo disciplinar norte-americano da virada do século autores afirmam que:

O status das mulheres melhorou, o ambiente profissional tornou-se, sob vários aspectos, mas favorável às mulheres, e financiamentos para estudos de gênero cresceram em escopo e quantidade. No entanto, a paridade de gênero permanece como uma meta ilusória. As mulheres estão sub-representadas em praticamente todos os níveis da disciplina, da pós-graduação às posições de liderança da APSA, e elas continuam a enfrentar obstáculos relacionados a questões de gênero em suas vidas profissionais (Tolleson-Rinehart e Carroll, 2006, p. 512, tradução nossa).⁵

Tais estudos assinalam que a proporção de estudantes mulheres diminui à medida que aumenta o grau de instrução em questão (graduação, mestrado ou doutorado), constatando-se uma “perda” de mulheres ao longo da formação acadêmica dos indivíduos (Abels e Woods, 2015; Akhtar *et al.*, 2005; Elizondo, 2015; Curtin, 2013; Bates, Jenkins e Pflaeger, 2012; Cowden *et al.*, 2012; Apsa, 2005, 2011; Kantola, 2008). Apontam, também, a existência tanto de uma segregação horizontal (concentração de mulheres em certos setores ocupacionais, disciplinas ou tarefas), quanto de uma segregação vertical (associada à posição de homens e mulheres nas hierarquias organizacionais). Isto é, em tais comunidades acadêmicas, as mulheres se concentram em maior medida em atividades consideradas como femininas (como a docência *versus* a investigação científica), ou em posições menos prestigiadas (Abels e Woods, 2015; Briggs e Harrison, 2015; Elizondo, 2015; Mershon e Walsh, 2015; Kantola, 2008, 2015; Curtin, 2013; Hesli, Lee e Mitchell, 2012; Bates, Jenkins e Pflaeger, 2012; Apsa, 2005, 2011).

Esse conjunto de pesquisas identifica uma sub-representação das mulheres como autoras dos artigos publicados nas revistas mais prestigiadas do campo. A esse fato, associa-se a existência de uma “divisão sexual” dos temas e metodologias de investigação em função da qual a contribuição dos homens ocuparia maior espaço que a das mulheres nos debates disciplinares mais importantes e nos enfoques metodológicos mais valorizados pelo *mainstream* (Teele e Thelen, 2017; Williams *et al.*, 2015; Curtin, 2013; Evans e Moulder, 2011; Breuning e Sanders, 2007; Mathews e Andersen, 2001; Young, 1995).⁶

⁵ Do original: The status of women has improved, the professional environment has in many ways become more women-friendly, and scholarship on gender has expanded in scope and quantity. Nevertheless, gender parity remains an elusive goal. Women are underrepresented at virtually every level of the discipline, from graduate school to APSA leadership, and they continue to face gender-related obstacles in their professional lives.

⁶ Estudos nesta área têm crescido nos últimos anos, por isso a revisão realizada não abrange todas as dimensões de análise abordadas na literatura internacional. Como exemplo de outras linhas de trabalho, a este respeito podem-se citar: análises que abordam as citações, segundo o gênero (Tatalovich e Frenreis, 2018; Atchinson, 2017; Breuning *et al.*, 2018); as pesquisas sobre a

Na América Latina, as evidências empíricas disponíveis são mais escassas, mas apontam na mesma direção. Segundo Rocha-Carpiuc (2016), as mulheres encontram-se sub-representadas nos postos acadêmicos mais importantes (universidades e sistemas nacionais de investigação e avaliação). Os dados apontam que ao longo da trajetória acadêmica, as mulheres têm maiores dificuldades de galgar tais postos. Quanto à produção acadêmica, as mulheres têm maior presença como apresentadoras em congressos do que como autoras em artigos nas revistas acadêmicas mais prestigiadas. Para o caso brasileiro, por exemplo, Matos (2016) evidencia este fenômeno examinando a sub-representação feminina em posições de poder e liderança institucional dentro da associação da área (Associação Brasileira de Ciência Política):

Ainda é perceptível que as mulheres pesquisadoras da Ciência Política estejam sub-representadas em cargos de poder e comando nesta área disciplinar no Brasil. [...] Merece menção o fato de que, entre os 31 coordenadores das 15 áreas temáticas dessa associação, hoje, temos a presença de apenas oito mulheres (Matos, 2016, p. 349-350).

Por tudo isso, a literatura concorda em assinalar que a Ciência Política apresenta obstáculos relativamente maiores para a inclusão das mulheres e os temas de gênero em comparação com outras disciplinas da área social (Tolleson-Rinehart e Carroll, 2006; Freidenberg, 2018; Hero, 2015; Amery *et al.*, 2015).

Desigualdade de gênero e internacionalização de trajetórias acadêmicas: Brasil e Uruguai

Os resultados estão organizados em dois blocos. O primeiro versa sobre a frequência de diferentes modalidades de internacionalização na formação acadêmica. O segundo é composto pela apresentação e discussão dos dados acerca de algumas das características da produção acadêmica internacional (em comparação com a produção nacional). Ambas as dimensões são discriminadas e discutidas por gênero e país.

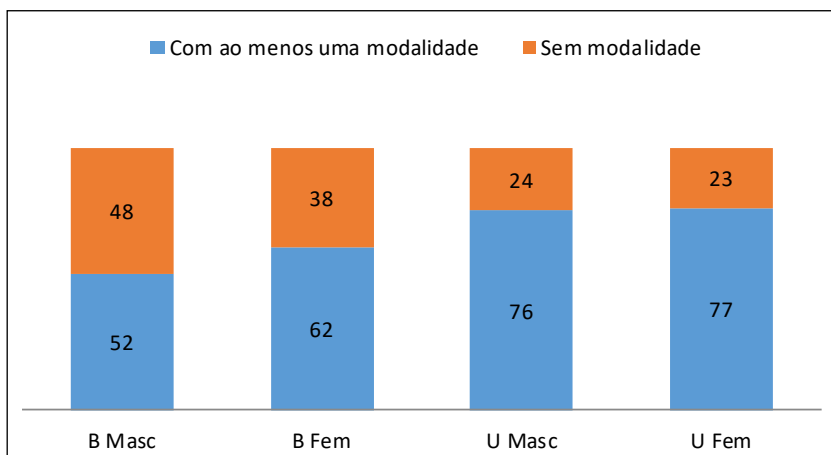
Dinâmicas de internacionalização na formação acadêmica

O Gráfico 1 apresenta a situação geral da internacionalização da formação acadêmica dos docentes nos dois países. Ao se estratificar (por país

perspectiva de gênero e da produção feminista na Ciência Política (Ritter e Mellow, 2000; Verge Mestre; Alonso Alvarez, 2017); ou estudos sobre viés de gênero nos processos de seleção de artigos em periódicos (Brown e Samuels, 2018).

e por gênero) o universo aqui examinado entre docentes que têm ao menos uma experiência de internacionalização e os que não possuem nenhuma, identificam-se alguns padrões importantes.

Gráfico 1 – Modalidade de formação no exterior



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados coletados

O primeiro elemento a ser destacado é a maior frequência de docentes com pelo menos uma experiência de internacionalização na formação entre uruguayos/as. No país, 76% da amostra possui formação internacionalizada e não se encontram diferenças entre homens e mulheres nesta variável. Com relação aos brasileiros(as), a média de docentes com formação internacional é sensivelmente mais baixa. Tal resultado não é surpresa, dado que o Uruguai é um país pequeno, com um campo disciplinar enxuto e com um programa de doutorado em Ciência Política.⁷ Contudo, o que realmente chama a atenção aqui é o fato de que as mulheres possuem uma formação acadêmica significativamente mais internacionalizada que seus compatriotas.

Ao se examinar especificamente o país de realização do doutorado, ressalta-se que 78% dos uruguayos(as) obtiveram seus títulos fora do país. Os principais destinos desses docentes têm sido países da América Latina e Europa. Chama a atenção que o principal destino é justamente o Brasil, país de titulação de 19% de docentes desse universo. Tal número é quase igual ao

⁷ O doutorado em Ciência Política é oferecido pela Universidad de la República desde 2005.

de uruguaios(as) com titulação no próprio país (22%). O Brasil é seguido por Espanha (11%) e por Alemanha, Argentina, Chile e Estados Unidos (8% de cada país). Se o quadro é de igualdade entre homens e mulheres na formação dos uruguaios(as) como um todo, quando se isola esta que é a principal etapa da formação acadêmica, identifica-se também uma frequência (relativamente) maior de mulheres (82%) com experiência de internacionalização do que homens (77%). Enquanto 24% dos uruguaios realizaram seus doutorados em seu país de origem, as uruguaias preferiram antes realizar tal formação no Brasil (36%) do que no Uruguai (18%).

No que tange ao Brasil, com a proliferação dos cursos de doutorado pleno em Ciência Política, nas últimas duas décadas, as principais agências financiadoras têm priorizado a concessão de bolsas para estágio de doutorado no exterior (período de quatro a 12 meses) em detrimento à oferta de bolsas de quatro anos para realização de doutorado pleno no exterior. Com relação ao país de destino, o caso brasileiro distancia-se significativamente do uruguaio. Os(as) docentes brasileiros(as) priorizam maciçamente Estados Unidos e Europa tanto nos casos de doutorado pleno no exterior (EUA: 43%; França: 23,5% e Inglaterra: 18%;), quanto nos casos de estágio doutoral no exterior (EUA: 43%; França: 21%; Portugal: 11% e Inglaterra: 8,5%). Ao contrário dos(as) uruguaios(as), brasileiros(as) miram igualmente para a Europa e Estados Unidos.

Os resultados acerca da formação no exterior apontam que não existem diferenças significativas quando se estratificam tais dados por gênero. Neste quesito, homens e mulheres de cada país tendem a se comportar em função da realidade de cada campo disciplinar. Tais achados contrariam o esperável segundo a literatura. Uma razão pela qual se poderia esperar que as mulheres tivessem menos formação no exterior que os homens é porque geralmente, na América Latina, elas têm maiores responsabilidades de cuidados familiares (Cepal, 2016), e conseqüentemente, maiores dificuldades para conciliar as exigências da academia (como viabilizar uma permanência fora do seu país de origem, para obter formação no exterior).

Dinâmicas de internacionalização da produção acadêmica

Esta seção analisa as diferenças nos padrões de publicação de docentes de Brasil e Uruguai, assim como entre homens e mulheres. A distribuição de artigos internacionais entre estes grupos é o primeiro foco de análise. Após, tal produção será contrastada à produção nacional de cada grupo. Por fim, analisar-se-á o destino de tais publicações internacionais.

Na média, brasileiros(a)s e uruguaios(as) publicam 15 artigos cada um.⁸ Contudo, quando se examina a publicação nacional e estrangeira em separado, identificam-se diferenças significativas entre os dois campos disciplinares. Enquanto um docente no Uruguai tem uma produção majoritariamente internacionalizada (67%), o seu colega no Brasil tende a publicar apenas 13% dos seus artigos em periódicos estrangeiros. Do total de docentes incluídos na análise, somente dois docentes uruguaios não possuem artigos internacionais. Ao passo que no Brasil, 130 docentes ainda não possuem artigos fora do país, correspondendo a quase a metade do universo em tela (45%) (Tabela 3). Esse dado pode ser, parcialmente, explicado ao se considerar a diferença de tamanho entre os campos disciplinares (e do número de periódicos de Ciência Política) dos dois países.

Passamos agora a observar a média de publicações entre homens e mulheres, comparativamente (Tabela 4). Se na formação acadêmica não foi encontrada significativa diferença de gênero, ou a diferença foi favorável às mulheres, na dimensão da internacionalização tal diferença é bastante pronunciada, dado que, em média, os homens publicam quase cinco artigos internacionais a mais que as mulheres (16,5 artigos com autoria masculina *versus* 11,8 artigos com autoria feminina).

Tabela 3 – Média de artigos publicados por docente e país

Tipo de publicação	Uruguai (N 42)	Brasil (N 286*)
Nacional	5	13
Estrangeira	10	2
Total	15	15

* Há um dado perdido sobre a produção de uma docente brasileira. Razão pela qual este caso foi excluído desta parte da análise.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados coletados.

Tabela 4 – Média de artigos publicados por gênero e país

Tipo de publicação	Homens		Mulheres	
	Uruguai	Brasil	Uruguai	Brasil
Nacional	6	15	4,3	10
Internacional	10	2	8,4	1
Total	16	17	12,7	11

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados coletados.

⁸ É importante alertar o leitor para o fato de que não estamos levando em consideração nesta análise o tempo de carreira de cada docente. Espera-se que docentes com carreiras já consolidadas tenham maior número de publicações (nacionais e internacionais) que docentes com poucos anos de carreira.

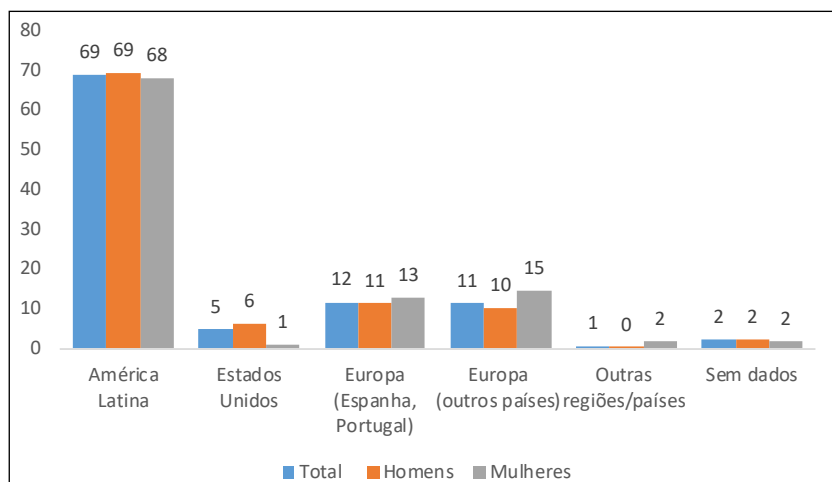
Como se observa na Tabela 4, o politólogo médio publica em quantidade similar nos dois países (16 e 17 artigos). Tal padrão se repete entre as politólogas uma vez que se identifica aqui uma diferença ligeiramente superior (1,7 artigos em média) que a diferença do primeiro grupo. Se na formação, a diferença de gênero é maior no Brasil, no que tange à produção, a maior diferença também se encontra no caso brasileiro, mas desta vez, desfavorável em relação às mulheres. Enquanto os uruguaios publicam em média três artigos a mais que suas compatriotas, os brasileiros publicam nada menos que seis artigos a mais que suas colegas de profissão.

Os padrões de internacionalização da produção acadêmica por gênero e nos dois países apontam, portanto, que existe uma maior orientação para o estrangeiro no Uruguai (tanto para homens, quanto para mulheres). Os uruguaios publicam em média oito artigos a mais no estrangeiro do que os docentes brasileiros, enquanto as uruguaias têm 7,4 artigos a mais em relação às brasileiras.⁹ Por outro lado, os brasileiros publicam em média nove artigos a mais que uruguaios em seus respectivos países de origem e as brasileiras, quase seis artigos a mais que suas colegas uruguaias.

Identifica-se, na comparação entre homens e mulheres, que existe uma brecha de gênero a favor dos homens em ambos os casos: os homens publicam em média 1,5 artigos internacionais a mais que as mulheres no Uruguai e um artigo internacional a mais no Brasil.

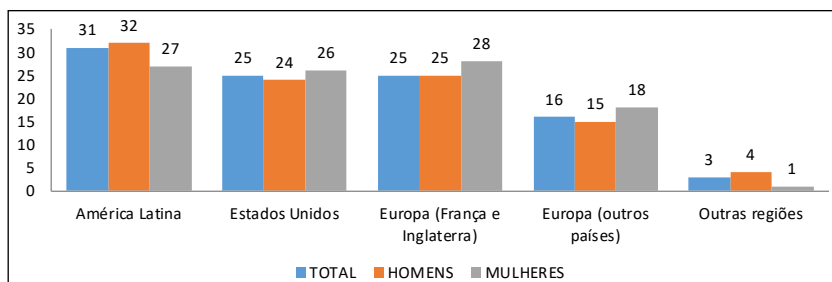
Ao examinar-se o fluxo das publicações internacionais segundo o país de destino, identifica-se para o caso uruguaio os mesmos focos da internacionalização na formação: América Latina (69%) e Europa (23%) são os principais destinos da publicação uruguaia, com o Brasil tendo um papel de destaque. Estados Unidos é destino de apenas 5% desta produção, e uma parcela irrisória (1%) distribui-se nos demais países. O Gráfico 2 também comprova o papel central que os países da região têm na interlocução internacional da Ciência Política uruguaia. Mais uma vez, os dados apontam para o caráter residual da incidência de diferenças de gênero entre os uruguaios. Pelo contrário, identifica-se aqui uma homogeneidade quase perfeita no destino das publicações de homens e mulheres. A única distinção é que os homens publicam um pouco mais nos Estados Unidos e um pouco menos na Europa.

⁹ Salienta-se que existe uma diferença importante entre os bancos de dados sobre Brasil e Uruguai. O banco sobre o Brasil foi alimentado com dados até dezembro de 2016, já o banco sobre o Uruguai incorpora, também, o período compreendido entre janeiro de 2017 e abril de 2018.

Gráfico 2 – Distribuição de artigos internacionais publicados por uruguaios(as), segundo país/região de destino

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados coletados.

O caso brasileiro também evidencia um comportamento muito semelhante no que tange ao destino dos artigos internacionais. Por outro lado, uma diferença importante se revela não entre gêneros, mas entre países: a divisão da produção internacional brasileira em três eixos principais – Europa, América Latina e Estados Unidos. Se a América Latina não consta no “mapa da formação” de brasileiros(as), na internacionalização da produção, a região tem um peso significativo, ultrapassando Estados Unidos neste quesito. Mas Europa se destaca enquanto principal destino, com 45% da publicação internacionalizada.

Gráfico 3 – Distribuição de artigos internacionais publicados por brasileiros(as), segundo país/região de destino

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados coletados.

Digno de nota também é o fato de que dentro da Europa, uruguaios priorizam a Espanha e Portugal, enquanto brasileiros priorizam a França e a Inglaterra.

Por fim, e no que tange à diferença de gênero para o caso brasileiro, evidencia-se que as mulheres priorizam ligeiramente mais que os homens periódicos do Norte e ligeiramente menos que os homens a América Latina. Os Gráficos a evidenciam que em ambos os países o que diferencia homens e mulheres é o volume (e não o destino) da produção acadêmica.

Considerações finais

Como outros estudos constataram, na América Latina a Ciência Política é uma disciplina menos amigável para as mulheres do que outras da área social. Este artigo explora um aspecto que se considera chave para lançar luzes sobre as formas como se manifestam essas desigualdades: as diferenças de gênero nas trajetórias profissionais dos docentes, com especial atenção a seus padrões de internacionalização. O trabalho aborda assim um assunto ainda pouco explorado na literatura, apresentando evidências de dois países onde a proporção de mulheres na disciplina é similar: 30%.

Para responder à pergunta se existem diferenças relativas aos gêneros na internacionalização das trajetórias acadêmicas dos cientistas políticos brasileiros e uruguaios, o artigo apresenta dados sobre a frequência de realização de parte da formação acadêmica no exterior e a frequência de publicação em periódicos estrangeiros. Nessas duas dimensões, concluímos que a publicação no estrangeiro é a dimensão em que o corte de gênero se faz presente em ambos os países. As mulheres publicam menos artigos acadêmicos em geral e menos artigos em periódicos internacionais que seus colegas homens.

Contudo, não se visualizam diferenças em relação ao acesso a oportunidades de formação no exterior. A teoria de gênero e trajetórias acadêmicas indicam que um obstáculo para as mulheres avançarem em suas carreiras são as responsabilidades familiares, que elas carregam em maior medida que os homens em nossas sociedades. À luz dessa hipótese, nossos achados em relação a esse indicador são intrigantes. Teríamos que aprofundar o tema em futuros trabalhos, buscando identificar, por exemplo, em que medida a decisão de ter formação no exterior pode impactar projetos de maternidade e de paternidade. As mulheres postergam a maternidade até que terminem a sua formação, ou elas conseguem conciliar ambas as questões? O que ocorre com os homens? Há diferença na idade com que homens e mulheres realizam a sua formação doutoral no exterior? Tampouco se percebe diferenças entre os gêneros quanto aos países onde os docentes realizam sua formação acadêmica, ou publicam seus artigos internacionais. O que permite afirmar

que nesta questão, homens e mulheres de cada país tendem a se comportar em função da realidade de cada campo disciplinar. De igual forma, a maior internacionalização das carreiras acadêmicas dos docentes uruguaios tem sentido ao levarmos em conta as diferenças de tamanho existentes entre os países, o que afeta a quantidade e variedade de programas de pós-graduação e de revistas acadêmicas que oferta o cada campo disciplinar. Vale a pena ressaltar que campos disciplinares tão díspares (em número de docentes e de programas de pós-graduação, por exemplo) apresentam semelhanças importante no que tange à desigualdade de gênero.

Por fim, convém fazer uma advertência. Os dados aqui apresentados devem ser lidos em relação com outras informações disponíveis sobre desigualdades de gênero na academia e, em especial, na Ciência Política latino-americana. Neste trabalho, procuramos aportar dados em uma complexa dimensão de análise desta literatura: os padrões de internacionalização das trajetórias acadêmicas de homens e mulheres. Mas, precisamente por ser um primeiro esforço orientado nessa direção, apresenta algumas limitações: trata-se, neste momento, de uma abordagem descritiva, que brinda dados quantitativos em apenas dois indicadores. Futuras linhas de investigação podem ampliar as dimensões de análise consideradas e complementá-las com indagações tanto quantitativas (que nos permitam identificar quais outras variáveis podem estar associadas e/ou explicar as diferenças e semelhanças aqui encontradas), quanto qualitativas (que permitam entender as decisões que tomam os(as) docentes na hora de desenhar suas carreiras acadêmicas, assim como os obstáculos e oportunidades que percebem enfrentar na academia, segundo seu gênero).

Referências

ABELS, Gabriele; WOODS, Dorian. R. The status of women in German Political Science. *European Political Science*, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 87-95, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/eps.2015.5>. Acesso em: 16 out. 2019.

AKHTAR, Parveen *et al.* Women in the political science profession. *European Political Science*, [s. l.], v.4, n. 3, p. 242-255, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/palgrave.eps.2210039>. Acesso em: 16 out. 2019.

AMERY, Fran *et al.* Metaphors on women in academia: a review of the literature, 2004-2013. *Advances in Gender Research*, [s. l.], v. 20, p. 247-267, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/S1529-212620150000020022>. Acesso em: 16 out. 2019.

APSA. *Women's advancement in Political Science*. Washington: APSA, 2005.

APSA. *Task force on political science in the 21st century*. Washington: APSA, 2011.

ATCHISON, Amy L. Negating the gender citation advantage in Political Science. *PS: Political Science & Politics*, Washington, v. 50, n. 2, p. 448-455, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1049096517000014>. Acesso em: 16 out. 2019.

BATES, Stephen; JENKINS, Laura; PFLAEGER, Zoe. Women in the profession: the composition of UK Political Science departments by Sex. *Politics*, [s. l.], v. 32, n. 3, p. 139-152, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9256.2012.01444.x>. Acesso em: 16 out. 2019.

BOURDIEU, Pierre. *Intelectuales, política y poder*. Buenos Aires: Eudeba, 2000.

BREUNING, Marijke; SANDERS, Kathryn. Gender and journal authorship in eight prestigious Political Science journals. *PS: Political Science & Politics*, Washington, v. 42, n. 2, p. 347-351, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1049096507070564>. Acesso em: 16 out. 2019.

BREUNING, Marijke *et al.* Clearing the pipeline? Gender and the review process at the American Political Science Review. *PS: Political Science & Politics*, Washington, v. 51, n. 3, p. 629-634, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1049096518000069>. Acesso em: 16 out. 2019.

BRIGGS, Jacqueline; HARRISON, Lisa. The status of women in UK Political Science. *European Political Science*, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 105-115, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/eps.2015.7>. Acesso em: 16 out. 2019.

BROWN, Nadia E.; SAMUELS, David. Introduction to gender in the journals, continued: evidence from five political science journals: special report. *PS: Political Science & Politics*, Washington, v. 51, n. 4, p. 847-848. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1049096518000598>. Acesso em: 16 out. 2019.

CEPAL. *Trabajo no remunerado de las mujeres un aporte a la economía*. [S. l.]: CEPAL, 2016. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/infografias/trabajo-remunerado-mujeres>. Acesso em: 16 out. 2019. <https://doi.org/10.3989/arbor.2003.i694.726>

COWDEN, Mhairi *et al.* *Women's advancement in Australian political science: workshop report*. Canberra: Australian National University, 2012. Disponível em: https://www.auspsa.org.au/sites/default/files/women_s_advancement_in_australian_political_science_report.pdf. Acesso em: 16 out. 2019.

CURTIN, Jennifer. Women and political science in New Zealand: the state of the discipline. *Political Science*, Wellington, v. 65, n. 1, p. 63-83, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0032318713484922>. Acesso em: 16 out. 2019.

ELIZONDO, Arantxa. The status of women in Spanish Political Science. *European Political Science*, [s. l.], v. 14, n. 2, p.96-104, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/eps.2015.6>. Acesso em: 16 out. 2019.

ETZKOWITZ, Henry; KEMELGOR, Carol; UZZI, Brian. *Athena unbound: the advancement of women in science and technology*. New York: Cambridge University Press, 2003. <https://doi.org/10.1017/cbo9780511541414.017>

EVANS, Heather; MOULDER, Ashley. Reflecting on a decade of women's publications in four top political science journals. *PS: Political Science & Politics*, Washington, v. 44, n. 4, p. 793-798, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1049096511001296> Acesso em: 16 out. 2019.

FERNÁNDEZ, María Ángeles. Mujer y Ciencia Política en Chile ¿Algo nuevo bajo el sol? *Política: Revista de Ciencia Política*, Santiago, v.46, n. 1, p.261-289, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.4067/S0718-090X2005000100004> Acesso em: 16 out. 2019.

FREIDENBERG, Flavia. Gender blindness in Latin American Political Science. *Ameryka Łacińska*, [s. l.], v.3, n.101, p. 50-66, 2018.

GONZÁLEZ GARCÍA, Marta. El estudio de la ciencia en clave feminista: género y sociología del conocimiento científico. In: BARRAL, María José; MAGALLÓN, Carmen (org.). *Interacciones ciencia y género: discursos y prácticas científicas de mujeres*. Barcelona: Icaria Editorial, 1999. p.39-62. <https://doi.org/10.4185/rllcs-66-2011-943-505-525>

HERO, Rodney. Reflections on how political science can be more diverse. *PS: Political Science & Politics*, Washington, v. 48, n. 3, p. 469-471, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1049096515000268> Acesso em: 16 out. 2019.

HESLI, Vicki L; LEE, Jae Mook; MITCHELL, Sara McLaughlin. Predicting rank attainment in political science: what else besides publications affects promotion? *PS: Political Science & Politics*, Washington, v. 45, n.3, p. 475-492, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1049096512000364> Acesso em: 16 out. 2019

KANTOLA, Johanna. Political Science as a gendered discipline in Finland. *European Political Science*, [s. l.], v. 14, n. 2, p.79-86, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/eps.2015.4> Acesso em: 16 out. 2019.

KANTOLA, Johanna. Why do all women disappear? Gendering process in a Political Science department. *Gender, Work and Organization*, Oxford, v. 15, n. 2, p.202-225, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0432.2007.00376.x>. Acesso em: 16 out. 2019.

MADEIRA, Rafael Machado; MARENCO, André. Os desafios da internacionalização: mapeando dinâmicas e rotas da circulação internacional. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 19, p.47-74, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220161903>. Acesso em: 16 out. 2019.

MARTIN, María Elena. El lugar de los estudios de género en la Ciencia Política Argentina. In: Congreso Nacional de Ciencia Política, 11, 2013, Paraná. *Anais* [...]. Paraná: [s. n.], 2013. <https://doi.org/10.1016/j.espol.2015.06.001>

MATHEWS, Lanethea A.; ANDERSEN, Kristi. A gender gap in publishing? Women's representation in edited political science books. *PS: Political Science & Politics*, Washington, v. 34, n. 1, p. 143-147, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1049096501000221>. Acesso em: 16 out. 2019.

MATOS, Marlise. A institucionalização acadêmica dos estudos de gênero e feministas na Ciência Política brasileira. In: AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos; BRAGA, Maria do Socorro (org.). *A ciência política no Brasil: 1960-2015*. Rio de Janeiro: FGV, 2016. p. 347-392. <https://doi.org/10.1590/0103-335220192908>

MERSHON, Carol; WALSH, Denise. Organizing women: diversifying leadership and addressing discrimination in political science departments. *PS: Political Science & Politics*, Washington, v. 48, n. 3, p. 459-463, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1049096515000244> Acesso em: 16 out. 2019.

PAPADÓPULOS, Jorge; RADAKOVICH, Rosario. Estudio comparado de educación superior y género en América Latina y el Caribe. In: UNESCO (org.). *Informe sobre la educación superior en América Latina y el Caribe*. Caracas: Unesco, 2005. p. 117-129. <https://doi.org/10.31619/caledu.n28.212>

RAVECCA, Paulo. The intimate architecture of academia. In: DAUPHINEE, Elizabeth; INAYATULLAH, Naeem (org.). *Narrative global politics*. London: Routledge, 2016. p. 51-63.

RAVECCA, Paulo. *The politics of political science: re-writing Latin American experiences*. New York: Routledge, 2019. <https://doi.org/10.4324/9781351110556>

RITTER, Gretchen; MELLOW, Nicole. The state of gender studies in Political Science. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, [s. l.], v. 571, p. 121-134, 2000. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1049138> Acesso em: 16 out. 2019. <https://doi.org/10.1177/000271620057100109>

ROCHA-CARPIUC, Cecilia. Women and diversity in Latin American political science. *European Political Science*, [s. l.], v. 15, n. 4, p. 457-475, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/s41304-016-0077-4> Acesso em: 16 out. 2019.

SCOTT, Joan. El género: una categoría útil para el análisis histórico. In: LAMAS, Marta (org.). *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. México: PUEG, 1996. p. 265-302. <https://doi.org/10.25100/lamanzanadeladiscordia.v6i1.1514>

TATALOVICH, Raymond; FRENDRIS, John. Winning awards and gaining recognition: an impact analysis of APSA section book prizes. *The Social Science Journal*, [s. l.], v. 56, n. 3, p. 316-323, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.sosci.2018.07.006> Acesso em: 16 out. 2019.

TEELE, Dawn Langan; THELEN, Kathleen. Gender in the journals: publication patterns in political science. *PS: Political Science & Politics*, Washington, v. 50, n.2, p.433-447, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1049096516002985>
Acesso em: 16 out. 2019.

TOLLESON-RINEHART, Sue; CARROLL, Susan J. “Far from ideal”: the gender politics of Political Science. *American Political Science Review*, Baltimore, v. 100, n. 4, p.507-513, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0003055406062368>
Acesso em: 16 out. 2019.

VERGE MESTRE, Tània; ALONSO ÁLVAREZ, Alba. La ceguera al género en la docencia de la Ciencia Política. *In: Congreso de la Asociación Española de Ciencia Política*, 13, 2017, Santiago de Compostela. *Anais [...]*. Santiago de Compostela: [s. n.], 2017. Disponível em: <https://aecpa.es/files/view/pdf/congress-papers/13-0/1815/>. Acesso em: 16 out. 2019. <https://doi.org/10.3989/ris.2019.77.3.18.003>

WILLIAMS, Helen *et al.* Gender and journal authorship: an assessment of articles published by women in three top British political science and international relations journals. *European Political Science*, [s. l.], v. 14, n. 2, p.116-130, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/eps.2015.8>. Acesso em: 16 out. 2019.

YOUNG, Cheryl D. An assessment of articles published by women in 15 top Political Science journals. *PS: Political Science & Politics*, Washington, v. 28, n. 3, p.525-533, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/420325>. Acesso em: 16 out. 2019.

Recebido em: 13/3/2019.

Aprovado em: 9/7/2019.

Publicado em: 15/12/2019.

Autor correspondente:

Rafael Machado Madeira

Av. Ipiranga, 6681, Prédio 8, 4º andar, sala 403
90619-900, Porto Alegre, RS, Brasil

CECILIA ROCHA-CARPIUC <cecilia.rocha@cienciassociales.edu.uy>

Professora assistente do Departamento de Ciência Política da Universidade de la República (Udelar, Montevéu, Uruguai).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9551-8192>

RAFAEL MACHADO MADEIRA <rafael.madeira@pucrs.br>

Professor do PPG em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs, Porto Alegre, RS, Brasil). Bolsista da Capes (Proc. n. 7304/14-5).

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3864-7673>